

O GOVERNO E OS RICOS CONTINUAM QUERENDO MASSACRAR A CLASSE TRABALHADORA



**DESEMPREGO, RECESSÃO E O FORA
TEMER**

**CRACOLÂNDIA E O ATAQUE À
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

**UM BREVE BALANÇO DO 55º
CONUNE**

**PETROLEIROS NA LUTA CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS**

**EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E
CIDADANIA**

**O PAPEL DE STALIN NA
REVOLUÇÃO ESPANHOLA**

DESEMPREGO E RECESSÃO: OS TRABALHADORES PERDEM

O DESEMPREGO É CRÔNICO

O desemprego já alcançou 13,7% da população ou 14,2 milhões de pessoas. Foram retirados os empregos de cerca de 1 milhão de pessoas por trimestre (IBGE).

Em alguns setores da população as estatísticas são ainda mais assustadoras. Entre as mulheres são 13,8% de desempregadas. Entre negros e negras são 14,4%. E entre a juventude é de 28%.

E quem tem emprego há problemas com a precarização das condições de trabalho e os salários rebaixados.

Parte desse desemprego é estrutural, ou seja, mesmo que aconteça uma retomada da economia não haverá retomada de postos de trabalho. E tem várias causas: a própria crise econômica (os patrões, para manterem os lucros, cortam empregos e direitos); a desindustrialização do país (que corta postos de trabalho e não só vagas); o processo de robotização que havia ocorrido na indústria e outros setores da economia. E outra coisa é a ociosidade da capacidade de produção da indústria (na área automobilística está próximo de 50%), com isso pode-se aumentar a produção (se tiver mercado consumidor) com pouco ou nada de investimento.

Nesse período, as novas vagas de empregos, em sua maioria, são

em piores condições de trabalho e precarizados como, por exemplo, uma vaga de trabalho com jornada parcial e, conseqüentemente, com salário parcial. É esse um dos objetivos da Reforma Trabalhista.

Contra o desemprego a nossa luta precisa ser pela redução da jornada de trabalho até gerar emprego para toda a classe trabalhadora, mas sem redução do salário. Essa é a maneira de a classe trabalhadora ter emprego.

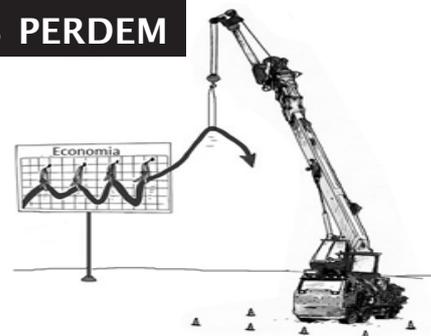
A RECESSÃO ECONÔMICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O governo e a mídia têm divulgado nos últimos dias alguns dados econômicos que indicariam um pequeno crescimento econômico de 1% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao quarto trimestre de 2016.

Nesse momento, de ampla rejeição e ameaça de perda de cargo, Temer e sua equipe econômica estão utilizando esses dados para espalhar terror contra a classe trabalhadora e agradar os patrões.

O discurso é de que esses dados já são resultados das reformas realizadas e por esse motivo justificam ser necessária a aprovação as Reformas Trabalhista e Previdenciária. Mas, isso não é verdade!

Primeiro, essa recuperação é somente em relação ao trimestre



anterior. Segundo, ao observarmos os últimos 24 meses está muito longe de qualquer recuperação, os índices atuais são menores. Terceiro, o setor impulsionador dessa pequena variação para cima é o agronegócio, pelo seu período de safra (sazonal), o que demonstra a dependência em relação a esse setor.

A agenda de ataques aos nossos direitos e às verbas públicas deverá seguir. Quanto menos direitos sociais e menos gastos com os serviços públicos maior é a lucratividade dos patrões e o pagamento da dívida pública.

E não é à toa que insistimos na necessidade de luta direta e de organização da classe trabalhadora para revertermos esse processo. Somente o crescimento das lutas nos locais de trabalho, estudo e moradia e com uma Greve Geral de fato poderemos mostrar que não vamos arcar com a recessão enquanto patrões e governo mantêm suas regalias!

FORA TEMER: SAÍDA NEGOCIADA OU DERRUBÁ-LO NAS LUTAS?

No interior da burguesia não há acordo sobre a permanência de Temer. Ambos estão preocupados em como continuar com os planos de ataque aos nossos direitos. E o que defendem a saída, buscam fazê-la de forma negociada.

Muitos acreditavam na possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgar pela perda de mandato de Temer. Essa ilusão não levava em conta que o Judiciário é parte da dominação e não ia contribuir para o agravamento da crise política.

E mesmo a minoria do TSE, que defendia o “Fora Temer” por via institucional cassando o seu mandato, somente assim faria se fosse uma saída para a retomada da estabilidade. Tanto que se houvesse a cassação do mandato a discussão seguinte seria se deveria

haver a convocação de novas eleições.

A denúncia que o MPF deve oferecer contra Temer será outra frente de batalha dos que defendem uma saída negociada e institucional. A Câmara dos Deputados deve autorizar o prosseguimento da denúncia no STF que, aceitando, Temer deve se afastar por 180 dias.

Como podemos ver há movimentação em vários setores da burguesia (e da burocracia) trabalhando para a saída institucional de Temer. Por exemplo, lideranças do PSDB tem defendido a tese de antecipação das eleições.

Mesmo em relação à oposição ao governo, a política do Fora Temer junto com Eleições Diretas também vai na direção de estabilizar a crise política, com outro governo para seguir as reformas.

Vários dirigentes petistas já se pronunciaram nesse sentido por representar possibilidade de volta de Lula antes de qualquer possível condenação e, infelizmente, algumas organizações de esquerda.

Já a luta pela **derrubada de Temer pela ação da classe** não visa criar melhores condições para a burguesia seguir governando e nem para estabilizar a situação política. Por isso há tanto medo de que as lutas se intensifiquem.

Essa é a razão de vários setores da burguesia contrários a permanência de Temer quanto os setores que freiam as lutas buscam acordos negociados via parlamento (renúncia, eleições diretas e até eleições gerais) temem que as lutas tirem também o seu sossego. Uma forte luta da classe trabalhadora colocará em risco não só Temer,

mas os seus próprios interesses.

POR ENQUANTO, TEMER FICA...

O mais provável é que Temer continue. Tem prevalecido a tese do setor majoritário de Temer ficar, também via negociações entre diversos setores da burguesia e parlamentares. E formaria um grande bloco no Congresso para aprovação das reformas, mesmo com a impopularidade do governo.

Assim, desloca-se para o Congresso as decisões políticas. A Reforma Trabalhista, por exemplo, tem sido encaminhada mais pelo Senado do que propriamente pelo governo. Claro que essa saída também é problemática, pois necessita a cada passo unificar todos os partidos de direita no parlamento, o que requer muito negociação pela troca de interesses.

Em relação à política econômica é visível o papel que Henrique Meireles já vem cumprindo em ser a pessoa a decidir sobre a toda política econômica

e que transmite segurança e confiança aos banqueiros e especuladores para se manterem junto com governo.

Portanto, somente intensas mobilizações da classe trabalhadora poderão derrubar Temer e fazer com que as nossas necessidades se sobreponham!

DIREÇÕES FREANDO AS LUTAS

Apesar de vivermos uma difícil situação em que somente a luta e a resistência poderiam barrar as reformas e os ataques da patronal a maioria das centrais sindicais estão longe de serem um ponto de apoio para a luta.

A maioria das centrais sindicais são parte da gestão do capital e com isso não são contrárias às reformas de conjunto. Nesse momento se aproveitam da força das lutas ocorridas até agora e tentam negociar com o governo alguns pontos das Reformas Previdenciária e Trabalhista. Um dos pontos de negociação é garantir a manutenção do imposto sindical, que financia muitas entidades pelegas.

No caso da CUT e da CTB, procuram desgastar Temer e desviar a luta para as eleições, seja para alavancar a campanha das Diretas Já (como forma de garantir a participação de Lula ainda sem condenação) ou mesmo para 2018 com Lula ou outro candidato dito “de esquerda”.

No entanto, é mais uma forma de esconder da classe trabalhadora que não basta trocar de governo quando se tem os mesmos compromissos com os patrões, pois Lula ou outro candidato desse bloco não são contra essas reformas. Os governos petistas também fizeram duas Reformas Previdenciárias.

A classe trabalhadora não pode confiar na maioria das direções sindicais, somente com pressão defendem os nossos interesses. É fundamental que nos organizemos de forma independente, em cada local de trabalho, estudo e moradia e para avançarmos na luta e não aceitarmos os freios das direções pelegas.

CRACOLÂNDIA: O ATAQUE À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A região da Luz, na capital paulista, é palco de marginalização e exclusão da vida humana. Conhecida como “Cracolândia”, apresenta uma enorme população em situação de rua, destacando-se também a grande circulação e tráfico de drogas, como o crack.

Porém, muito mais do que miséria, essa região apresenta muitos mitos que são propagados para garantir ações truculentas e higienistas. Isso foi o que vimos em 21 de maio último, promovido pelas gestões de Dória e Alckmin, ambos do PSDB. Colocaram a PM e GCM para atuar de forma violenta e opressora contra a população em situação de rua.

Além do tráfico e do consumo de drogas estima-se que há cerca de 1.000 a 1.500 pessoas (apesar da dificuldade de encontrar esses dados) na região. Nem todas usam drogas. Há viajantes, ex-caminhoneiros, estrangeiros, mães fortes, pais desaparecidos e órfãos de família inteira. São pessoas que têm em comum a vulnerabilidade social.

UM POUCO DA HISTÓRIA DA “CRACO”

O centro de São Paulo e seus

bairros próximos abrigam diversos prédios tombados pelo patrimônio histórico. Com o tempo e com a mudança de investimentos do capital com a especulação imobiliária para outros bairros, a região foi ficando abandonada pelo poder público e se tornando espaço de acesso da população mais pauperizada.

Nos anos 1990 já havia muitos usuários de crack e de outras drogas na região, especialmente nas pensões e hotéis. Após ações do Estado de fechamento e lacração desses espaços, os usuários e demais moradores da região foram ocupando as ruas.

Sob as diversas gestões posteriores, ações truculentas ocorreram e o “fluxo” (ponto de consumo e tráfico de drogas) foi migrando e se espalhando pela região. Nessa última ação, a GCM registrou 23 pontos de deslocamento dessa população pelos bairros arredores, como Liberdade e Barra Funda.

O PROJETO DE “REVITALIZAÇÃO” QUE IGNORA AS VIDAS

Ao mesmo tempo em que o abandono e essas ações violentas ocorrem, as gestões municipal e estadual realizam uma série de investimentos

para tentar mudar o cenário social e geográfico urbano. Foram investidos dinheiro público em diversos projetos culturais na região que estão sob gestão pública e privada como a Sala São Paulo, Museu da Língua Portuguesa, a Estação Pinacoteca e o Centro Paula Souza.

Também há uma intensa disputa por terrenos pela especulação imobiliária, que visa utilizar essa região estrategicamente localizada. Só para se ter uma ideia, a Seguradora Porto Seguro já possui 10 terrenos na região.

Concomitantemente, a prefeitura vem realizando ações para privatização de terrenos, como em 2005 com o Projeto Nova Luz – que tinha o propósito de remover famílias que viviam há décadas na região – para garantir espaço aos grandes empreendimentos e atender um público elitizado, diferente do que frequenta a região. Graças a mobilização dos moradores e comerciantes esse projeto foi barrado. Nessa recente ação, novamente violenta, a prefeitura demoliu prédios (Pasmem! Com pessoas dentro! E tombados pelo patrimônio histórico!), além de novamente fechar outros.

Pretende também negociar esses terrenos com a Habitacional, uma

parceria público-privada (PPP), que pretende construir moradias para população com renda entre 1 a 10 salários mínimos, ou seja, a população que já vive na região foi expulsa para construção de habitações populares para outro público e que tem renda, visto que a população atual não possui renda ou é inferior a um salário mínimo. Também destacamos a falta de comprometimento com o patrimônio histórico.

A prefeitura negocia a privatização dessa região para “revitalizar”, isto é, para manter no local uma população que possa pagar para consumir, um público abastado. Para isso, não isso integra e sim expulsa, agride e exclui vidas que já vivem há anos no local.

PRECISAMOS FALAR SOBRE O CRACK TAMBÉM

A droga que dá o nome de Cracolândia à região ainda permeia

diversos tabus e mitos. De fato, assim como todas as drogas, causa prazer e provoca o vício. Seu baixo custo de produção e comercialização, sua rápida absorção pelo organismo, assim como seus efeitos: perda do apetite, excitação, hiperatividade, insônia e perda da sensação de cansaço são condições bem atrativas para uma pessoa em situação de rua, que não possui recursos e precisa criar suas táticas de sobrevivência contra a fome e a violência policial.

Para além disso, estudos recentes têm mostrado que as condições de vício são de efeito social e não por causa de problemas na vida dessas pessoas. O neurocientista Dr. Carl Hart mostrou com seus estudos que 80% a 90% dos usuários de crack não são viciados na droga e que possuem consciência de fazer novas escolhas na vida, caso sejam oferecidas propostas atraentes.

É necessário a construção de políticas que busquem não somente a desintoxicação orgânica de seus corpos, mas a emancipação social dessa população para que tenha condições de manter ou descartar o uso dessas drogas de forma autônoma e controlada.

Não haverá o fim do tráfico das drogas que dão lucro, matam e mutilam sem que haja a construção de uma sociedade sem excluídos em que tudo o que produzimos seja de bem comum, uma sociedade socialista.

Precisamos ter um olhar mais atento às chamadas “Cracolândias”, que se desenvolvem em diversos locais do país (em SP é a maior, mas não a única). Precisamos lutar conjuntamente com essa população para a descriminalização e para que as ações sejam de fortalecimento e não de dizimação dessa parcela da sociedade!

BREVE BALANÇO DO 55º CONUNE E A REORGANIZAÇÃO DO ME

QUEM FOI A UNE ONTEM

A UNE já foi uma importante ferramenta de organização, discussão e luta dos estudantes, sendo linha de frente de diversas lutas importantes pelo país.

No seu período de luta a UNE defendia a Educação pública e oferecia perigo aos capitalistas. Após o golpe de 1964, a primeira medida dos militares, foi fuzilar, queimar e destruir a sede da UNE que ficava na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, colocando-a na ilegalidade por 13 anos. O Movimento Estudantil atuava na clandestinidade.

Ocorreram diversas tentativas de reorganizar a UNE, mas a repressão sempre acabava com tais tentativas, invadindo, prendendo, matando e torturando as lideranças estudantis. Assim foi no 30º ConUNE, em Ibiúna. E no 3º Encontro Nacional dos Estudantes, em 1977, em Belo Horizonte. Só conseguiu se reorganizar em 1979 no 31º ConUNE em Salvador.

QUEM É A UNE HOJE

Em 1988 a UNE passou a ser reconhecida pela Constituição Federal. Desde a refundação a juventude do PCdoB, domina a direção da entidade. A única exceção foi entre 1987 e 1990, quando o PT (na época aglutinava maioria das correntes de esquerda) ganhou a direção da entidade.

Devido a sua total adaptação ao

regime a UNE passou a ter um vínculo orgânico com o Estado, perdeu sua independência política e financeira e deixou de liderar a luta dos estudantes. Esse processo teve início na década de 1990 no governo FHC e se consolidou nos governos de Lula e Dilma.

A partir daí, nos seus fóruns de deliberação, e principalmente no ConUNE, consolidou como de caráter festivo, sem debates políticos sérios e honestos, práticas burocráticas, antidemocráticas e até agressões físicas.

Devido a esse processo de burocratização, imobilismo e de sua ligação com o Estado que a apoia política e financeiramente, a UNE não foi mais capaz de aglutinar os processos das lutas estudantis e se tornou um grande obstáculo para a luta do Movimento Estudantil. Sua história de luta é usada apenas para a perpetuação da direção da UJS e aplicação de políticas decididas no PCdoB.

A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Com isso abre-se um processo de rompimento de diversas forças políticas com tal entidade. Há rompimentos desde a década de 90, mas a luta contra o programa neoliberal e antidemocrático de reorganização universitária (ReUni) é o ápice desse processo. Enquanto o Movimento Estudantil ocupava

diversas universidades contra o projeto -portanto, contra o Banco Mundial, o Estado e as Reitorias – a UNE defendia os interesses do Estado.

Assim, o Movimento também se torna contra a própria UNE. Nesse período é criada a ANEL, inserida na reorganização, mas que não aglutinou o conjunto dos estudantes, pois, embora houvesse um processo de negação da UNE ainda não havia disposição do conjunto do Movimento para construir uma nova entidade nacional.

ALGUMAS LIÇÕES DO 55º CONUNE

O 55º ConUNE, mais uma vez, expressou a crise que vive o Movimento Estudantil organizado, principalmente o grau de degeneração da UNE, entidade rechaçada em quase todos os últimos processos de luta dos estudantes.

Permanecem as mesmas práticas burocráticas, corruptas, antidemocráticas e agressivas. Desde o processo de eleição de delegados, quando praticamente não há debates públicos e construção de programas unitários até fraudes eleitorais, métodos de cooptação e mentiras.

Com a chegada ao ConUNE, a OE é alocada em dormitórios longe do local onde ocorrem as atividades e a UJS fica no local mais próximo. Isso implica em OE não poder nem mesmo

participar das atividades de socialização, pois precisa voltar para o alojamento que fica distante, além dos gastos com o transporte no deslocamento.

Além disso, qualquer tentativa de debate sério é cerceada, como forma de manter os cargos e verbas estatais e empresariais. Num GT que tinha a presença da OE a UJS entrou tocando tambor com o objetivo de atrapalhar, cercear e inviabilizar o debate político.

Outra prática é a agressão física. Desta vez, três militantes do Juntos-MES foram feridos e saíram de ambulância do local. Também houve uma briga entre a ALE-A Marighella e militantes da JPSDB – apoiados pelos seguranças contratados da UNE. Além disso, militantes da UJS tiraram fotos apontando picareta para o coletivo trotskista “Vamos à Luta” em alusão a picaretada que matou Trotsky, a mando de Stálin.

A Oposição de Esquerda, que reúne diversas forças políticas, ao ter como centro de unidade apenas a tática de derrotar a UJS e não possuir

um projeto comum de compreensão e de intervenção na realidade, sem um programa classista e combativo, não consegue atuar no cotidiano dos locais de estudo, ficando restrita aos períodos de ConUNE. Depois do ConUNE a OE se desfaz e cada força política vai em busca de sua autoconstrução o que, na verdade, infelizmente, é prática rotineira no movimento.

A UNE assim como a ANEL, na prática são construídas por apenas uma força política: a UNE pela UJS e a ANEL pelo PSTU. As demais forças participam dos congressos perdem a votação final e simplesmente abandonam a construção da entidade.

Em relação ao ConUNE, sem o debate real, o que prevalece é o personalismo e a despolíticação, em que a grande maioria dos delegados não vota de acordo com o convencimento no programa, mas em quem o convidou ao congresso ou bancou o seu “open bar” e transporte. Para o “maior congresso estudantil da América Latina”, isso é uma grande perda.

POR UM ENCONTRO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA, DA JUVENTUDE

Um dos principais problemas do Movimento Estudantil é a fragmentação e a falta de unidade revolucionária. Mas, entendemos que a unidade não pode ser feita abrindo mão de princípios como o da independência de classe. Outro problema é a falta de perspectivas que a juventude e a classe trabalhadora enfrentam em relação à destruição do velho e a construção do novo. É no sentido de servir como referência política e contribuir para desenvolver o nível de consciência e organização da juventude que impulsionamos o Coletivo Primavera Socialista. Defendemos um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, Juventude e Movimentos Sociais, que possa construir coletivamente um programa de ruptura com o capitalismo, que inclua propostas concretas de luta por uma Educação pública, laica, gratuita, de qualidade e que atenda as necessidades humanas.

PETROBRAS: NOVAS MOBILIZAÇÕES SE APROXIMAM

Enquanto escrevamos esta matéria, petroleiros da maior parte do país estavam em estado de greve e passavam por assembleias para entrar em algum tipo de mobilização, caso alguma unidade fabril fosse vendida ou a empresa reduzisse o número mínimo de funcionários para operação de alguma planta. A princípio, estamos trabalhando com a data do dia 30 de junho para início de Greve por tempo indeterminado, coincidindo com a data da Greve Geral contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária.

“TEM DE VALER A PENA”?

No dia 05 de junho, Pedro Parente – atual presidente da Petrobrás – afirmou que será retomada o Programa de Venda de Ativos. Com uma previsão de venda de 30 ativos, até final de 2017.



A nova rodada de privatização tenta entregar mais campos de petróleo e fazer parcerias com grandes empresas multinacionais e a BR Distribuidora e Refinarias.

Naturalmente que para a população brasileira obter benefícios da estatização não depende apenas de o país deter todo o controle das empresas, mas também de uma política com foco no social.

A última política em curso da Petrobrás para o preço do gás de cozinha demonstra que, da forma como é hoje, a política de preços está voltada para lucros do capital internacional. A Petrobrás passou a utilizar uma fórmula em que calcula a média mensal das cotações de GLP no mercado europeu, converte para reais pela média diária das cotações da venda do dólar, acrescida de uma margem de 5%.

Diferente disso, em nossa visão, uma política para melhorar o nível de vida das pessoas seria possível com a Petrobrás 100% Estatal, sob controle dos trabalhadores. Hoje, na história da Petrobrás, é o momento de maior aceleração nas privatizações já vivido.

Do ponto de vista da soberania

nacional se comete um crime. Mas, o presidente da Petrobrás parece estar gostando da situação. Em recente entrevista, Parente afirmou que antes de assumir a empresa ganhava mais. E que agora corre risco de responder a processos no futuro, dado que se torna réu em ações de procuradores do TCU e ações populares. Então afirmou: “dado que o custo é muito alto, tem de valer a pena”. Não podemos conviver com isso!

INTENSIFICANDO O TRABALHO

Após programas de demissão voluntária, a Petrobrás pode perder em torno de 20% de seus funcionários. Como não prevê recompor o efetivo e não quer perder produtividade, a empresa iniciou em 2016 uma política de intensificação do trabalho. A velha técnica de cronometrar o peão e depois fazê-lo trabalhar por dois.

Agora, em 2017, ela começa a cortar postos de trabalho em refinarias, principalmente em setores operacionais. Pretende reduzir mais de 400 postos nas refinarias. Cada posto operacional pode significar a redução de 5 trabalhadores, dado que a maioria trabalha em cinco grupos de turno ininterrupto.

O resultado disso, quem viu coisa semelhante no período FHC se lembra, é o aumento no número de acidentes. Sindicatos têm feito denúncias na Justiça do Trabalho e feito Boletins de Ocorrência responsabilizando a direção da empresa por impor aos trabalhadores a realização de atividades em situação de risco e descumprimento de NR's. Além de mobilizações e lutas localizadas.

A REFORMA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Para os “gestores” da empresa, a Reforma Trabalhista é muito importante. Pode significar a negociação de direitos que a empresa sempre tentou comprar. Além de se ver livre de inúmeros processos trabalhistas – hoje o passivo trabalhista é estimado em mais de 30 bilhões.

Dado que são inúmeros os processos de descumprimentos da legislação – equiparação, descanso ao 7º dia, forma de cálculo de periculosidade e hora de repouso, PPP, banco de horas, horas extras em feriados, etc. – se passar a ser permitido acordos acima da lei e ainda com “representantes” não sindicalizados... Alguém vai comemorar que vai “valer a pena”...

Isso além da possibilidade de terceirização da atividade fim. Os últimos anos foram de intensa terceirização, chegando a 2/3 dos

REFINARIAS: UMA MINA DE OURO

Os campos de petróleo estão entre os recursos mais cobiçados no mundo. Guerras e invasões são feitas por grandes potências em busca de algo que estamos “vendendo”.

As refinarias são as fábricas que transformam o petróleo em gasolina, gás de cozinha, óleo diesel, gás combustível, querosene, coque, além de outros derivados que são matéria prima para a indústria petroquímica produzir plásticos, materiais para construção civil, calçados, tecidos, móveis, peças para automóveis, fibras, material empregado

funcionários. Enquanto os terceirizados têm menores salários, maiores jornadas, menos direitos, sofrem mais acidentes. Os donos de algumas das terceirizadas foram protagonistas dos escândalos de corrupção junto com alguns parlamentares e alguns diretores.

CENTRAIS E FEDERAÇÕES

Embora exista a necessidade da luta frente a esses ataques e já termos, inclusive, aprovado a Greve Geral do dia 30 contra as reformas, não vemos o empenho necessário das grandes Centrais Sindicais na divulgação e preparo desta greve (o fato de ser de um dia já demonstra certo limite).

Quanto às Federações de Petroleiros – se por um lado, é um

em eletroeletrônicos, fertilizantes, defensivos agrícolas, armas, etc.

A BR Distribuidora é considerada o *filé mignon*, um dos maiores faturamentos do país. Além de sua importância estratégica: fecha a batalhada meta do “poço ao posto”. A distribuição de combustíveis é essencial para uma aplicação de política de preços ao consumidor. Se o país não controla a distribuição e os preços ao consumidor seguem regras de mercado, por mais que se baixe o preço do combustível nas refinarias, o preço ao consumidor se manterá com foco em lucros exorbitantes pelo caminho.

bom indicativo que estão marcando junto mobilização para o dia 30, por outro, manter um conjunto de lutas isoladas e fazer acordos de cúpula sem informar bem as bases o que está ocorrendo, sem uma campanha para ampla divulgação dessa luta que é de toda população – demonstra que não aprenderam muita coisa na greve de 2014, 2015 e campanha de 2016...

Ainda há tempo para mudança. Haverá congressos locais e nacionais, onde a categoria poderá participar em peso e mudar os rumos da resistência para que ela, de fato, exista. A própria greve do dia 30, já marcada, se houver melhor envolvimento da base pode impedir os ataques e influenciar outros trabalhadores.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: AMPLIÁ-LA OU SUPERÁ-LA?

RAFAEL ROSSI

É comum no debate contemporâneo, inerente às perspectivas de diversos matizes ideológicos, a defesa da cidadania como ponto fundamental a ser aperfeiçoado. Em diversos aspectos, presenciamos a tentativa de perfectibilização, num amplo rol de discursos, da cidadania moderna como forma insuperável de sociabilidade e, por isso mesmo, nos restaria apenas “alargá-la”, lutar pela sua ampliação e jamais a sua *superação*, pois neste caso, estaríamos caindo num retrocesso histórico gigantesco e, justamente por isso mesmo, deveríamos nos empenhar no sentido de reformá-la ao máximo possível.

Entretanto, entendemos que se queremos, efetivamente, compreender as bases da cidadania moderna para além das inúmeras definições que

vários autores possuem em seus mais distintos posicionamentos teóricos e ideológicos, é preciso buscar a sua gênese, ou seja, rastrear as suas origens no processo histórico, bem como analisar a sua função na reprodução da sociedade. Procedendo dessa forma, poderemos ter como parâmetro de análise a própria realidade objetiva em sua processualidade histórica e não a subjetividade deste ou daquele autor.

Num panorama mais do que breve, podemos constatar, na esteira de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, que o primeiro ato histórico dos seres humanos é a produção das condições materiais da existência social.

A vida social não nos é simplesmente dada por uma dádiva da natureza. Ao contrário, os seres humanos, enquanto uma condição

ineliminável de sua sobrevivência, precisam, continuamente, transformar a natureza de modo conscientemente intencional e produzir os bens materiais necessários ao atendimento de suas necessidades sociais. Com efeito, as relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção da riqueza material, por meio da transformação da natureza, constituem as *relações sociais de produção*.

Este entendimento é fundamental em nosso debate pois, analisando o conjunto do processo histórico tendo como fio condutor o trabalho (nesse sentido apontado, de transformação da natureza para a produção de valores de uso), é possível apreender que cada modo de produção, ou seja, cada formação social específica, terá como fundamento uma determinada forma

típica de trabalho. Não se trata, contudo, de resumir a realidade social ao trabalho. Certamente várias outras dimensões interagem entre si e influenciam e são influenciadas pelo próprio trabalho, como por exemplo a educação, a arte, a política, a ciência, a filosofia, etc. Porém, todas estas dimensões sociais, possuem como fundamento histórico essencial o fato de só poderem existir em decorrência da capacidade humana de efetivar atos de trabalho.

Desse modo, cada sociedade terá uma totalidade social própria que será fundada, por um determinado tipo de trabalho. Se queremos compreender, com base na história, a função social que a cidadania possui, devemos voltar nossa investigação ao processo plurisecular de transição do feudalismo ao capitalismo. Uma vez que o comércio se desenvolveu substancialmente, as terras ficaram cada vez mais desgastadas, os servos foram expulsos dos feudos, os conflitos entre burguesia e nobreza se acirraram e, de modo geral, as relações sociais de produção feudais entraram em crise, as bases para o surgimento do capitalismo se acentuaram e, cada vez mais, passaram a se consolidar.

Impossível aqui deixar de mencionar a importância das Revoluções Industrial e Francesa. A primeira representa um salto qualitativo de enorme importância para a história da humanidade. Durante todo o feudalismo a produção da riqueza social encontrava um limite inerente aos próprios limites da força física humana. Se somarmos a riqueza produzida por todos, o resultado ainda era insuficiente para atender plenamente todas as demandas e necessidades existentes entre os seres humanos.

Com a Revolução Industrial, pela primeira vez na história, é possível produzir, de modo geral, todos os bens necessários para satisfazer às aspirações humanas. A carência enfim é superada pela abundância. Tal afirmação de

modo algum indica qualquer tipo de devaneio ou ingenuidade. Ao contrário. Apenas um exemplo: a produção atual de alimentos dá conta de 12 bilhões de pessoas (quase o dobro da população mundial contemporânea). Ainda assim a cada 5 segundos uma criança morre de fome no mundo, existem mais de 1 bilhão de obesos, mais de 1 bilhão de subnutridos e mais de 1 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçadas. Uma análise apressada e não preocupada com o processo histórico real, afirmaria que o problema está na má distribuição dos alimentos, mas será isso mesmo? Porque será que tamanha desigualdade ocorre?

Para entendermos melhor essas questões temos de voltar à Revolução Francesa. Esta revolução burguesa, junto à *possibilidade* real e concreta de superação da carência, permitiu, junto a outros processos, o avanço das condições indispensáveis para a constituição das relações sociais de produção capitalistas e, portanto, a consolidação do trabalho assalariado. A bandeira de “igualdade, liberdade e fraternidade” constitui um ilustrativo emblema da nova sociedade, justamente por representar os fundamentos mais genéricos da cidadania.

Os trabalhadores precisam ser *livres* para venderem a sua força de trabalho (e os capitalistas para comprarem a força de trabalho); os trabalhadores precisam ser *proprietários* basicamente apenas de sua própria força de trabalho (e os capitalistas os proprietários do capital) e, ainda, ambos (trabalhadores e capitalistas) precisam ser *iguais* do ponto de vista jurídico-formal. Trata-se, entretanto, de uma *igualdade formal* fundada a partir de uma *desigualdade real*, pois o Estado ao permitir jurídica e legalmente que o capitalista extraia a mais-valia do processo de produção das mercadorias, garante uma liberdade muito maior ao capitalista e ratifica a raiz das desigualdades sociais na sociabilidade capitalista.

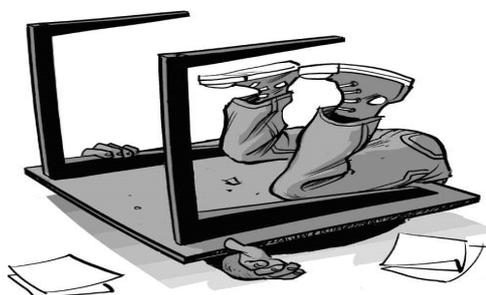
Fica compreensível, portanto, porque toda a riqueza produzida pelo avanço das forças produtivas no capitalismo não pode ser igualmente distribuída. A distribuição é *determinada essencialmente* pelas relações sociais de produção, o que significa que a distribuição atua dentro dos

limites e das possibilidades efetivados pela produção. Como as relações sociais de produção capitalistas tem como objetivo o lucro, a produção de mais-valia e a reprodução do capital, a distribuição também será impactada profundamente por esta desigualdade que emana da produção capitalista.

Para que o capitalismo possa existir são necessárias algumas condições construídas historicamente: 1) uma radical separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção; 2) A força de trabalho precisa estar disponível no mercado para ser vendida e comprada como qualquer outra mercadoria; 3) todos precisam ser cidadãos e, 4) a mais-valia, agora, passa a ser extraída do processo de produção das mercadorias. Com todas essas características que surgem a partir da consolidação do trabalho assalariado, podemos entender que o processo de emancipação política do capital, com relação às amarras inerentes aos modos de produção anteriores, certamente representou um avanço histórico.

Todavia, de modo algum, ampliar a cidadania é sinônimo de caminharmos rumo ao socialismo. O que funda cada forma de socialidade é o trabalho e suas correspondentes relações sociais de produção e não a esfera da política. A cidadania está dentro do campo de limites e possibilidades da totalidade social capitalista fundada no trabalho assalariado. Ampliar a cidadania, querer alargá-la ou aperfeiçoá-la indica, simplesmente, lutar por mais capitalismo e, portanto, pela continuação da exploração do homem pelo homem com todas as desigualdades inerentes ao sistema do capital. A verdadeira questão, sob o interesse do trabalho, não é o cidadão em seu ser fragmentado, mas o homem em seu efetivo social no desafio histórico de construção da emancipação humana.

SUGESTÃO DE ESTUDOS: De Marx e Engels sugerimos o “*Manifesto do Partido Comunista*”. De Sérgio Lessa e Ivo Tonet sugerimos “*Proletariado e Sujeito Revolucionário*”. De Leo Huberman é muito importante a leitura de “*História da Riqueza do Homem*” e de Ernst Mandel seu clássico “*Introdução ao Marxismo*”.



No jornal nº 100 vimos como um movimento espontâneo dos trabalhadores e dos soldados, descontentes com as medidas

contra a Ordem nº.1, contra o poder dos trabalhadores nas fábricas e desconfiados das verdadeiras intenções do Governo Provisório quanto à Guerra, lançam-se em uma ofensiva que, não fosse a ação dos bolcheviques, Trotsky à frente, teria derrubado o Governo Provisório. Como os camponeses e o restante da Rússia ainda não haviam avançado politicamente como os trabalhadores e soldados de Petrogrado, um governo dos trabalhadores seria, naquele momento, derrotado pela contrarrevolução, com consequências imprevisíveis. Uma tomada precipitada do poder era o sonho de Kornilov e de Kerensky.

Por isso, na segunda noite da manifestação, os bolcheviques convocaram os soldados e os trabalhadores para terminarem a manifestação. Continuá-la somente seria possível por meio da tomada do poder, o que não era o objetivo no momento. Um acordo entre os bolcheviques e o Governo Provisório é realizado. Os primeiros pediram aos de Kronstadt e aos regimentos vizinhos a Petrogrado que voltassem aos seus quartéis. Em troca, o governo garantiria que os bolcheviques não seriam perseguidos. Enquanto isso, discursos sucediam a discursos feitos por mencheviques; sociais-revolucionários de direita no Soviete de Petrogrado cantando vitória e descrevendo como eles tinham destrocado a manifestação. Os primeiros regimentos leais ao governo começaram a chegar em Petrogrado e o clima começou a mudar. Os vendedores de jornais bolcheviques eram atacados nas ruas e os operários eram linchados por comerciantes burgueses.

Enquanto essa mudança de clima político ocorria em Petrogrado, a contrarrevolução tomava a ofensiva e destruiu a gráfica onde os bolcheviques imprimiam seu jornal (tudo com o apoio, obviamente, do Governo Provisório que momentos antes havia prometido não reprimir os bolcheviques).

No Comitê Central do Soviete

REVOLUÇÃO RUSSA: A CONTRARREVOLUÇÃO SE LEVANTA SÉRGIO LESSA

da Frota do Báltico, algo inesperado estava acontecendo. O comandante da frota entregava uma ordem recebida do Ministro Assistente da Marinha, Dudarev, ordenando que os navios, em que as guarnições eram mais atrasadas politicamente e nos quais o Governo Provisório ainda contava com alguma autoridade, afundassem aqueles navios que já haviam passado para o lado dos bolcheviques. A indignação foi geral. Naquele momento da guerra, afundar os navios russos era uma tarefa cuja lógica o “simples marujo” (como sempre, as passagens entre aspas são da História da Revolução Russa, de Trotsky) não podia compreender. Imediatamente o cruzador Orpheus foi designado para se dirigir a Petrogrado e prender Dudarev. Lá chegando, com a contrarrevolução em plena ofensiva, os membros da delegação do destróier são presos e Kerenski faz uma declaração pública elogiando seu ministro assistente. A sessão conjunta do Comitê Executivo do Soviete declarou sua solidariedade para com Dudarev.

As tropas que chegavam do interior do país para apoiar o Governo Provisório, frequentemente eram recebidas a tiros quando entravam na cidade. Quem disparava esses tiros eram oficiais e burgueses, com o objetivo de jogar os soldados contra os trabalhadores. O clima tinha se tornado muito desfavorável aos bolcheviques e chegara a hora, pensavam o Governo Provisório e as forças de contrarrevolução, de extinguir a “praga bolchevique”. É ordenada, então, a prisão dos principais



líderes bolcheviques. Trotsky e outros ficariam presos até o início de setembro daquele ano. Lênin foi obrigado a se refugiar na Finlândia de onde retornaria somente em outubro. E é lá que ele escreve O Estado e a Revolução.

Durante todo o mês de julho, Kerenski entra em negociações com as forças da contrarrevolução, junto ao Estado Maior do Exército, para estabelecer um plano conjunto para a substituição do Governo Provisório por um governo forte, de uma só pessoa (que claro, deveria ser Kerenski) sob a alegação de evitar a “ruína da mãe-pátria”. Os generais czaristas aderem ao plano com o objetivo de, sob pretexto de apoiar Kerenski e seu golpe, colocarem próximos a Petrogrado tropas e regimentos que lhes permitissem tomar o poder. O líder dos generais, dos latifundiários, da alta hierarquia da Igreja Ortodoxa Russa, das altas finanças e que contava com a simpatia declarada dos governos da Entente, era o general Kornilov.

No front a situação se complicava, e a 21 de agosto os alemães ocuparam Riga, próximo a Petrogrado. De Riga à capital da revolução era um pulo. A queda de Riga nas mãos dos alemães fora deliberadamente planejada pelas forças da contrarrevolução como o momento oportuno para tomar o poder.

O plano de Kerenski era concentrar tropas “leais” próximas a Petrogrado e declarar a lei marcial e a pena de morte na cidade; reprimir os bolcheviques e os operários para provocar uma insurreição imatura e despreparada, que seria rapidamente sufocada pelas tropas leais ao governo. A única diferença entre este plano e o de Kornilov é que o general queria dar um passo a mais: depois de reprimidos os trabalhadores, queria jogar Kerenski pela janela e se locar como cabeça do novo governo de forças contrarrevolucionárias.

A OFENSIVA DE KORNILOV

Enquanto Kerenski pedia tropas para Kornilov, este, no dia da queda de Riga, convocara cerca de 4 mil oficiais intermediários para seu Quartel General colocando-os a par de seus objetivos. No interior de Petrogrado

as forças cadetes estavam organizando uma quinta coluna que deveria ocupar os pontos estratégicos da cidade e prender os principais líderes bolcheviques e o Governo Provisório.

No dia 27 de agosto, Kornilov divulga uma declaração ao povo russo, dando conta que, preferia morrer a continuar apoiando o governo Kerenski que estava matando os soldados e levando o país à ruína além de ser aliado dos bolcheviques etc. Ele, Kornilov, pedia o apoio de todas as forças “leais à mãe pátria” no estabelecimento de um governo forte e capaz de colocar a casa em ordem. Notícias começaram a chegar a Petrogrado dando conta de que tropas leais ao Estado Maior se aproximavam de Petrogrado com o objetivo de derrubar o governo Kerenski. Ele destituiu Kornilov de seus postos, mas não faz mais do que convocar uma conferência com todos os seus ex-ministros.

Enquanto isso, fora do palácio Tauride, uma sessão do Soviete de Petrogrado criara uma Comissão de Luta contra a contrarrevolução, cujo comitê militar era formado por uma maioria bolchevique.

Ordens foram enviadas aos trabalhadores nas estradas de ferro para que impedissem qualquer movimento de tropas não ordenado pelo comitê. Os soviets locais, principalmente dos distritos operários, não esperaram qualquer instrução dos órgãos superiores: convocaram soldados dos regimentos vizinhos para instruírem os trabalhadores e formaram milícias armadas que ocupavam os pontos estratégicos dos distritos, prendiam os agitadores contrarrevolucionários, preparavam a defesa e enviavam reforços ao Comitê de Luta contra a contrarrevolução. No dia 29 de agosto, a Guarda Vermelha anunciou que tinha condições de colocar em combate 40 mil trabalhadores

e muitos mais estavam sendo empregados para cavar trincheiras, fossos antiblindados e construção de fortificações. O governador-geral de Petrogrado, nomeado por Kerenski, foi obrigado a reconhecer que “milhares de trabalhadores... através de seu insubstituível trabalho social alcançaram durante algumas horas uma tarefa gigantesca que, sem sua ajuda, teria levado vários dias”.

A fábrica Putilov, em atividade 16 horas por dia, fabricou mais canhões para a defesa da revolução. O sindicato dos choferes colocou todas as facilidades de transporte de seus membros à disposição do comitê. Os gráficos arrumaram para que os jornais fossem impressos mais rapidamente, ajudando a informar a situação aos trabalhadores. Em Helsingfors nenhuma ordem deveria ser cumprida sem a assinatura do órgão eleito pelos marinheiros. As guarnições próximas a Petrogrado se preparavam para resistir e entravam em contato com o comitê. Aquele trabalho “não era tanto de guiar e convocar os trabalhadores, mas meramente registrar e dirigi-los. Seus planos eram sempre antecipados. A defesa contra a rebelião dos generais se transformou numa caçada popular dos conspiradores”. Tropas de Kronstadt foram enviadas para a defesa de Petrogrado e do Governo Provisório. Embora dispostos a uma convivência momentânea com Kerenski e cia, os kronstadianos não tinham qualquer intenção de suportar o comando dos generais kornilovistas: todos os combatentes kornilovistas foram presos ou executados e novos comandantes foram eleitos.

O que aconteceu com as tropas de Krymov, o principal comandante kornilovista, é esclarecedor quanto ao resultado dessa enorme iniciativa das massas. Ao receber ordens de avançar, Krimov não conseguia encontrar locomotivas para seus trens. Sob a ameaça de baionetas, os ferroviários finalmente aprontaram algumas locomotivas que, no entanto, não podiam se mover porque os ramais ferroviários à frente estavam entupidos de vagões,

locomotivas quebradas e com sinalizações trocadas.

Nesse meio tempo, o sovieta da localidade onde estava Krymov fez imprimir um manifesto aos soldados dando conta que Kornilov havia sido destituído do comando e de que esse movimento de tropas era para combater os trabalhadores em Petrogrado. Os oficiais tiveram que fazer propaganda no meio da tropa para desacreditar os panfletos. Temendo influência da propaganda que os trabalhadores das estradas de ferro faziam junto aos soldados, ao invés de avançar, o comandante kornilovista decide recuar algumas milhas da cidade.

No dia seguinte, os primeiros agitadores enviados pelos trabalhadores de Petrogrado chegam onde estão as tropas com as quais Krymov contava. Espumando de raiva, Krymov decide esperar pelos reforços da “Divisão selvagem” formada por tropas muçulmanas. No entanto, esta nunca chegaria: uma delegação muçulmana formada por alguns potentados nativos foi enviada em sua procura. Os soldados não podiam permitir que os oficiais prendessem a delegação, pois seria uma violação das regras muçulmanas da boa hospitalidade. Os delegados responderam às acusações dos oficiais de que eram espiões alemães com documentos que provavam que Kornilov estava deposto e que a Divisão estava sendo conduzida a Petrogrado para combater os trabalhadores. Após as explicações, os soldados da Divisão desfraldaram na locomotiva da frente uma bandeira vermelha com os dizeres “Terra e Liberdade”. Um oficial que sugeriu que a bandeira fosse retirada “para não ser confundida com sinais ferroviários” foi imediatamente preso.

No dia seguinte, Krimov recebeu ordens de avançar depressa e tomar Petrogrado. Avançar como? E como surpreender uma cidade que tinha se preparado para recebê-lo? Ao invés de cumprir as ordens e tomar Petrogrado, o destino reservou um futuro bem pior ao comandante contrarrevolucionário: alguns dias mais tarde ele se suicidaria.

Naquele dia os trabalhadores das estradas de ferro e telégrafos fizeram



bem sua parte. O exército de Krymov se viu esparramado por oito linhas férreas diferentes. Notícias desfavoráveis a Kornilov eram rapidamente reproduzidas e esparramadas. Ordens do Estado-Maior kornilovista nunca atingiram seu objetivo e, quando o faziam, estavam totalmente atrasadas. Ordens eram deliberadamente alteradas, e contra-ordens falsas quase sempre seguiam a uma ordem. Os maquinistas, responsáveis pela manutenção dos trens e dos trilhos se transformaram em agitadores. Nesse ambiente, as tropas de Kornilov avançavam -- ou pior ainda, ficavam estacionadas, incapazes de ir à frente. “Seguir no mapa o destino dos escalões de Kornilov, dá a impressão de que os conspiradores estavam brincando de cabra-cega nas linhas de estrada de ferro”.

No dia 30 de Agosto o Comitê Executivo podia anunciar que era completa a desmoralização entre as tropas de Kornilov. A contrarrevolução estava se dissolvendo, sem deixar rastros. Era comum, naqueles dias, agitadores se dirigirem de Petrogrado a alguma unidade que deveria estar em tal localidade com destino à capital. Lá chegando, o agitador recebia a notícia de que os soldados já haviam partido... em direção oposta a Petrogrado. Ou então, que haviam partido com bandeiras vermelhas nas mãos, e com seus oficiais presos.

Kerenski já começava a se sentir aliviado. Não seria desta vez que sua cabeça rolaria.

No entanto, sua imagem estava desgastada junto aos soldados e aos trabalhadores devido aos últimos acontecimentos. Além disso, seus planos passavam por uma aliança com a direita, e não com a esquerda. Kerenski, naqueles meses, era um kornilovista, com a condição de que ficasse na liderança dos kornilovistas. Assim sendo, nem bem terminado o episódio contrarrevolucionário, Kerenski anuncia que as ordens de Kornilov continuavam obrigatórias para todas as unidades militares. Kornilov surpreso escreveria: “Um episódio ocorreu -- o único deste tipo na história do mundo -- um comandante em chefe, acusado de traição (...) da terra natal, e acusado deste crime frente às cortes, recebeu uma ordem para continuar

comandando os exércitos...” Quando delegados da Divisão Selvagem se dirigiam a Kerenski e exigiram que Kornilov fosse punido, Kerenski responde: “Sua obrigação agora é obedecer seu comandante, e nós faremos tudo o que for necessário”.

Enquanto Kerenski e a contrarrevolução estavam realizando seu armistício sem vencedores, o clima estava esquentando nos regimentos e nas fábricas. Os soldados se sentiam cada vez mais inclinados a realizar eles mesmos os julgamentos dos oficiais contrarrevolucionários. Enquanto isso, Kerenski soltava todos os grandes generais que comprovadamente se envolveram com o episódio contrarrevolucionário. O descrédito e a desconfiança das massas em relação ao Governo Provisório crescia na mesma medida em que se dirigiam para a esquerda.

9 DE SETEMBRO DE 1917

No dia primeiro de setembro, o Soviete de Petrogrado, ainda sob a residência de Cheidze, um menchevique e com um presidium composto totalmente de mencheviques e sociais-revolucionários, votou uma resolução pedindo um governo de operários e camponeses -- ou seja, desautorizando a política seguida pelo Comitê Executivo do soviete de favorecer um governo de coalizão com a burguesia. Esta solução foi seguida de resoluções de idêntico teor do Soviete de Moscou, das instituições soviéticas da Finlândia e de outras localidades. O Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado decidiu convocar uma sessão para o dia 9 de setembro, onde, caso a votação do dia primeiro fosse provada, ele renunciaria.

Quando a sessão começou, cerca de mil delegados estavam presentes -- todos os partidos tinham feito o maior esforço para levar todos os delegados a que tinham direito. Os bolcheviques, temendo não contar com a maioria, propuseram que um novo presidium fosse eleito proporcionalmente. Tserelli rejeitou a proposta de compromisso em nome do presidium e afirmou que o presidium queria saber se o soviete “havia mudado de direção”. “Nós não podemos levar adiante a tática dos bolcheviques”.

A resolução introduzida pela direita do soviete afirmava que a votação do dia primeiro de setembro não possuía maior significado e que o soviete continuava confiando no presidium.

Trotsky, aparecendo pela primeira vez no soviete desde que fora preso em julho, pediu um esclarecimento ao presidium: “Kerenski continua como antes, membro do presidium?” Vacilando, o presidium responde afirmativamente, “amarrando mais uma pedra ao pescoço”. “Nós acreditamos fortemente, disse Trotsky ... que não deveria ser permitido a Kerenski sentar no presidium. O fantasma de Kerenski senta agora entre Dan e Cheidze (líderes mencheviques, que participavam do presidium)... Quando eles pedem a vocês que sancionem a política do presidium, não esqueçam que vocês estão sancionando a política de Kerenski.”

A sessão continuou em grande tensão. A explosão era evitada pelo desejo de todos em contar o mais rapidamente os votos que tinham. Ninguém duvidava de que estava se decidindo a sorte da guerra e da paz, a sorte da própria revolução. A votação seria realizada pelo método de sair da sala. Todos a favor dos bolcheviques deveriam ir para fora: seria mais fácil para a minoria sair do que para a maioria, pensava o presidium. “Em todos os cantos da sala uma agitação tem início. Todos falam em meio-tom. Algumas vezes as discussões aumentavam e se escutava acusações em voz alta: kornilovista! Ou então: Heróis de Julho! A votação demorou mais de uma hora e as melhores previsões dos bolcheviques davam contas de que a eles faltariam uns 100 votos para a maioria. “Finalmente o resultado foi contado: pelo presidium e a coalizão 414 votos, contra 519, abstenções 67! A nova maioria aplaudia como uma tempestade, em êxtase,



furiamente. Ela tinha o direito. A vitória tinha sido bem paga. Uma boa parte da estrada já havia sido vencida”.

Após a conquista pelos bolcheviques da maioria no soviete de Petrogrado, com o deslocamento para o papel de minorias dos partidos e das personalidades políticas que apoiavam

uma política de compromisso com o governo de Kerenski, uma nova fase se abria para a revolução: a contrarrevolução estava vencida. Até o fim do ano os bolcheviques manteriam a iniciativa política e conquistariam o poder em outubro. Somente a partir de meados de 1918 é que a

contrarrevolução levantará novamente a cabeça para combater de armas nas mãos o governo soviético.

No próximo mês veremos como foi preparada a tomada do poder pelos bolcheviques: a Revolução de Outubro.

Até lá: viva a Revolução de 1917! Abaixo o stalinismo!



STALIN BARGANHOU COM A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

ALEX BRASIL - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA

A Guerra Civil Espanhola (17 de julho de 1936 a 1º de abril de 1939) foi um dos processos mais dramáticos do século XX - e uma das maiores oportunidades desperdiçadas de uma revolução proletária. É fato que a vitória do fascista General Franco e a sua Falange Espanhola foi o sinal verde para que, exatos cinco meses depois, a Alemanha nazista iniciasse a II Guerra Mundial, com a invasão à Polônia. E é tão verdade que, se os revolucionários espanhóis fossem vitoriosos, a correlação desfavorável em que o proletariado internacional se encontrava desde a ascensão de Adolf Hiler ao poder na Alemanha em 1933 poderia ter sido revertida.

O processo espanhol iniciou-se um pouco antes de 1936, quando o ditador espanhol Primo de Rivera renunciou, em 1930. O rei Afonso XIII tentou recompor uma monarquia constitucional, mas o resultado das eleições municipais convocadas, em 1931, revelaram que, se por um lado, o resultado apontava uma maioria monarquista, também apontava que os republicanos conseguiriam expressiva maioria nas grandes cidades. Em função disso, Afonso XIII abdicou e foi fundada a II República Espanhola (a primeira foi de 1873 a 1874, quando foi restaurada a dinastia dos Bourbons).

A partir de novas eleições, conformou-se uma Assembleia Constituinte, que votou a separação da Igreja Católica do Estado, fazendo com que o governo provisório de Alcalá Zamora renunciasse. Novas eleições ainda em 1931, e Zamora foi eleito

presidente e Manoel Azaña foi encarregado de organizar o seu governo.

Desta eleição, e até 1936, os espanhóis assistiram a várias reviravoltas, à esquerda e à direita. O governo Zamora era considerado por demais ameaçador pelos setores monarquistas e católicos, como também por demais insuficiente nas suas medidas por setores anarquistas, que dirigiam a principal entidade de classe dos trabalhadores (a Confederação Nacional dos Trabalhadores) e pelos marxistas.

Dentro dessa conjuntura, houve, em 1932, uma tentativa de golpe de direita fracassada, com o general Sanjurjo. No ano seguinte, os conservadores venceram as eleições, formando maioria parlamentar, quando os anarquistas chamaram o boicote às urnas. Estes últimos, frente ao avanço da direita, tentaram uma insurreição na Espanha, que fracassou, mas, entretanto, permitiu o controle de Gijón, por 13 dias, em unidade com os socialistas da União Geral dos Trabalhadores na chamada Comuna das Astúrias. Nesta, surgiram Conselhos Operários e as indústrias metalúrgicas, sob o controle dos trabalhadores, passaram a produzir armas para defender a Comuna. Entretanto, o isolamento de Gijón do restante do país fez com que o levante operário fosse derrotado.

Milhares de anarquistas foram presos e, em uma atitude inédita e contrária aos princípios do anarquismo, os militantes dessa corrente de pensamento decidiram apoiar nas eleições à Frente Popular, que acabou ganhando a eleição por pouco mais 500 mil votos e permitiu a esquerda obter significativa maioria no Parlamento.

Com o resultado dessas eleições, Zamora foi afastado, entrando em seu lugar Manoel Azaña, tendo como primeiro-ministro, o social-democrata Largo Caballero. Os monarquistas-direitistas responderam com uma tentativa de golpe de estado, em 17 de julho de 1936. Estava iniciada a Guerra Civil Espanhola.

Os republicanos detinham posições importantes da Espanha continental como Astúrias, o País Basco, Murcia, a Catalunha, Madrid, sendo que nestas duas últimas regiões, o levante da direita foi imediatamente massacrado. Porém, os monarquistas possuíam o controle do oeste do país, da parte insular espanhola e do Marrocos espanhol. E conseguiram tomar uma cidade importante, Sevilha.

Com o apoio político e militar da Itália de Mussolini, de Portugal de Salazar, da Alemanha nazista e até do Vaticano, o exército nacionalista de Franco conseguiu tomar Toledo, mas sofreu um duro revés ao tentar tomar Madrid, mesmo contando com o apoio logístico das forças italianas. As Brigadas Internacionais tiveram um papel fundamental nesse episódio de contenção dos franquistas. As Brigadas eram compostas por militantes anarquistas, trotskistas e simpatizantes do Partido Operário Unificado Marxista (POUM), vindos de diversos países. Militantes comunistas brasileiros, exilados pelo Estado Novo varguista também participariam das Brigadas, como Alberto Bomílcar Besouchet, Apolônio de Carvalho, Roberto Morena e David Capistrano. Dois brasileiros morreram em combates com os franquistas, o aviador Eneas Jorge de Andrade e Odilo Fernandez Freire.

As Brigadas Internacionais eram a alma da Revolução Espanhola e mostravam que o internacionalismo proletário estava vivo, mesmo depois de Stálin, à frente da União Soviética, ter proclamado a possibilidade de se construir “o socialismo em um só país”. Posteriormente, alguns brigadistas se tornariam famosos como os escritores inglês, americano e franceses como George Orwell, Ernest Hemingway, André Malraux, Saint-Exupéry, respectivamente.

Contudo, a mudança do primeiro-ministro espanhol, saindo Largo Caballero e entrando Juan Negrín, fez com que os republicanos passassem a se apoiar no Partido Comunista e na URSS. Eram os tempos do “Terceiro Período” da III Internacional (*Comintern*). O “Primeiro” tinha sido em apostar na Frente Popular como estratégia, quando o *Comintern* estava sob a direção de Bukharin.

Neste contexto, a Revolução Chinesa que ocorria em 1925 com formação de sovietes foi desestimulada e orientou-se o apoio ao nacionalista Chiang Kai-shek, inclusive, o nomeando como presidente honorário da III Internacional. Depois Chiang reprimiu violentamente os comunistas.

Já, no “Segundo Período”, primou a política ultra-esquerdista, quando os comunistas qualificaram a social-democracia como pior inimigo do que o nazismo na Alemanha de 1933 e quando houve a tentativa de tomada de poder no Brasil, em 1935. E o “Terceiro Período” foi a retomada das Frentes Populares de colaboração de classes com a burguesia, quando o Partido Comunista Francês apoiou o governo social-democrata de Leon Blum (desperdiçando-se a oportunidade ímpar de centenas de ocupações de fábricas francesas) e o caso particular da Espanha. Aliás, não foram só os comunistas espanhóis que apoiaram a Frente Popular Espanhola: o POUM e os anarquistas, com suas nuâncias, se integraram a este apoio e pagariam caro a conta por esta opção política.

Stálin dizia apoiar os republicanos espanhóis, mas não apoiava tanto. Sua ajuda militar foi inferior à ajuda alemã, italiana e portuguesa. O que queria Stálin? Fundamentalmente, preservar os interesses da burocracia que

chefiava e nunca colocou em risco. E jogar com a Revolução Espanhola tentando conter o ímpet do nazi-fascismo, mas sem apostar a fundo no processo revolucionário buscando assim agradar as potências liberais, com Inglaterra e França, que queriam neutralidade soviética na Espanha e patrocinavam um embargo de armas aos revolucionários espanhóis.

Para mostrar que era um aliado confiável, Stálin orientou a III Internacional e, por tabela, o Partido Comunista Espanhol e Juan Negrín para estes atacarem as Brigadas Internacionais. Negrín queria a construção de um exército regular e desenvolveu uma cruel campanha para acabar com as milícias voluntárias de esquerdistas de todo o mundo. Vários militantes foram assassinados na “guerra contra as Brigadas Internacionais”, com armas soviéticas, entre os quais Andrés Nin (maior liderança do POUM) e o brasileiro Alberto Bomilcar Besouchet (simpatizante do POUM), nas Jornadas de Maio na Catalunha, em 1937.

O controle operário sobre Barcelona, dirigido pelos anarquistas, foi perdido e o POUM foi colocado na ilegalidade.

Todos os avanços duramente conquistados como o controle da terra e da indústria, na Catalunha e em Aragão, além da constituição de conselhos operários que se desenvolveram por fora da política de Juan Negrín e da burocracia soviética, acabaram sendo perdidos com a conformação do exército regular. E nem uma figura carismática de massas, como a comunista Dolores Ibarruri, La Passionara, conseguia unificar mais a esquerda e os republicanos.

Essa cisão entre as forças revolucionárias permitiu que os franquistas tomassem a região do nacionalismo basco, com a conquista de Santander, Gijón e Bilbao. Assim, os republicanos perderam uma importante área operária para a sua sustentação. A pequena cidade de Guernica



foi ferozmente bombardeada pela Legião Condor da Alemanha nazista, fato retratado no mural pintado por Pablo Picasso. Enfim, os fascistas “passaram”.

Em seguida, Málaga capitulou aos direitistas. O cerco sobre Madrid e Barcelona se fechou. Em janeiro de 1939, Barcelona caiu nas mãos dos conservadores. Um setor republicano, ligado ao coronel Casados, rachou e deu um golpe, tomando Madrid, tentando viabilizar um acordo com os franquistas. Estes, entretanto, exigiam a capitulação total dos republicanos. Ela veio com a tomada pelos franquistas de Valencia, Alicante e Murcia, em final de março de 1939.

Com a derrota espanhola que ele próprio cavou, Stálin estabeleceu o Pacto de Não Agressão com a Alemanha, o acordo Molotov e Ribbentrop, procurando se proteger da escalada militar nazi-fascista. Terminou por desmoralizar mais uma vez milhares de lutadores do mundo. Stálin acreditou que o acordo seria respeitado pelos nazistas. Uma semana depois, a Polônia foi atacada e o cerco alemão a URSS se iniciou.

Mais de 400 mil pessoas perderam suas vidas na Revolução Espanhola, metade do gado de toda a Espanha foi morto, milhares de habitações destruídas. Esse, infelizmente, foi o legado de um dos processos mais agudos da luta de classes da História. Entretanto, como alertava o exilado revolucionário russo Leon Trotsky na sua polêmica com Andrés Nin quando este decidiu apoiar o governo de Frente Popular, todo o governo de colaboração de classes sempre reservou derrotas pesadas para a classe operária. Foi o que se observou na Espanha.

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1